

**Sociedade sustentável e
desenvolvimento sustentável:
limites e possibilidades**

Hazel Henderson

ano 4 - nº 58 - 2006 - 1679-0316

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

Aloysio Bohnen, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Diretora adjunta

Hiliana Reis

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU Idéias

Ano 4 – Nº 58 – 2006

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Dáris Corbellini – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. MS Angélica Massuquetti – Unisinos – Mestre em Economia Rural

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Fernando Jacques Althoff – Unisinos – Doutor em Física e Química da Terra

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Hiliana Reis – Unisinos – Doutora em Comunicação

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – Unisinos – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Laurício Neumann

Revisão

Mardilê Friedrich Fabre

Secretaria

Caren Joana Sbabo

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.unisinos.br/ihu

SOCIEDADE SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: LIMITES E POSSIBILIDADES

Hazel Henderson

Agradeço a honra de poder me dirigir a este distinto público e falar sobre este tema vital de reintegração do conhecimento com o objetivo de ocupar-se com a condição humana neste novo século.

A família humana, composta agora por mais de 6 bilhões de pessoas, é a espécie biológica mais exitosa do nosso planeta. Evoluímos de nossos lugares natais no continente africano para colonizar todo o recanto da Terra, consumindo 40% de toda sua produção fotossintética primária, ocasionando a extinção em massa de outras espécies. Conquistamos oceanos, a Lua e o espaço exterior e agora voltamos nossos olhos para Marte. A fim de continuar nosso espetacular sucesso tecnológico e preservar as opções para a sobrevivência de nossos netos, precisamos agora nos defrontar conosco mesmos e diagnosticar sem medo nossos principais fracassos: a persistência da guerra e da pobreza. As Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU fornecem uma pauta inicial. Cumprir estas metas e mudar de combustíveis fósseis para recursos renováveis e sua sustentabilidade podem empregar cada homem e cada mulher existentes na Terra e expandir a prosperidade global.

Reavaliações da obra de Charles Darwin, levando em conta novas evidências fornecidas por historiadores, arqueólogos e antropólogos, apontam, claramente, para a evolução da capacidade emocional humana, a criação de vínculos, a cooperação e o altruísmo¹. Competição, territorialidade e tribalismo, arraigados nos medos do passado, serviram, muito bem, aos seres humanos em suas provações e vulnerabilidade primitivas. O mesmo fizeram a cooperação e a capacidade de confiar e criar vínculos mútuos – controladas pelo hormônio oxitocina. Doses mais altas deste hormônio durante a gravidez e a lactação ligam as mulheres a seus filhos durante o extenso período de desenvolvi-

1 Veja, por exemplo, The Darwin Project. <www.thedarwinproject.com>

mento até a maturidade². Atualmente, a pesquisa desenvolvida por cientistas de muitas áreas – neurociência, endocrinologia, psicologia, física, termodinâmica, matemática e antropologia – invalidou os pressupostos centrais subjacentes aos modelos econômicos – como mostrarei neste trabalho. Esta nova pesquisa revela a economia como uma profissão, não como uma ciência.

Os estudos de economia política, como foram originalmente denominados, ascenderam à proeminência acadêmica depois da publicação, em 1776, da grande obra de Adam Smith *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* [Investigação da natureza e das causas da riqueza das nações]. Invocando o conhecimento científico da época, Smith relacionou sua famosa teoria da “mão invisível” que guiava as decisões baseadas em interesses próprios dos homens (*sic*) de negócios para servir o bem público e o crescimento econômico. Smith traçou paralelos, atribuindo este modelo de comportamento humano à grande descoberta das leis físicas do movimento, feita por Sir Isaac Newton.

Estes princípios da física newtoniana ainda podem ser usados para guiar espaçonaves a fim de que aterrissem em distantes corpos celestes – mais recentemente em Titã, uma das luas de Saturno.

Os economistas da revolução industrial incipiente fundamentaram suas teorias não só na obra de Adam Smith, mas também em *The Descent of Man* [A descendência do homem] e *The Origin of Species* [A origem das espécies], de Charles Darwin (www.thedarwinproject.com). Eles se valeram da pesquisa de Darwin sobre a sobrevivência do mais apto e do papel da competição entre as espécies como fundamentos adicionais para sua economia clássica de *laissez faire* – a idéia de que as sociedades humanas podiam promover a riqueza e o progresso simplesmente deixando que a mão invisível do mercado realizasse sua mágica. Na Grã-Bretanha vitoriana, fortemente dividida em classes, isso levou economistas e elites da classe alta a advogarem teorias conhecidas como o “darwinismo social”: a crença de que injustiças na distribuição de terra, riqueza e renda poderiam, contudo, fazer o crescimento econômico também beneficiar, paulatinamente, os menos afortunados.

Charles Darwin considerava a capacidade humana para a criação de vínculos, cooperação e altruísmo como um fator essencial em nossa exitosa evolução³. Em retrospecto, como poderíamos, de outra forma, ter passado da experiência de viver mais de 95% de nossa história em bandos nômades de 25 pes-

2 H. HENDERSON, G-8 Economists in Retreat, *InterPress Service*, Montevideo, New York, Rome, jun. 2003.

3 Veja, por exemplo, LOYE, David. *Darwin's Lost Theory of Love*. New York: ToE-xel, 2000.

soas ou menos⁴ para as megacidades de hoje: São Paulo, Xangai, Cidade do México ou Jacarta? Essas metrópoles, juntamente com corporações globais e instituições de governança, como as Nações Unidas e todas as suas agências, a União Européia, agora abarcando 25 países antes em guerra, jamais poderiam ter emergido sem as capacidades humanas para a criação de vínculos, cooperação e altruísmo.

Assim como evoluímos para nossas atuais sociedades, organizações e tecnologias complexas, necessitamos reexaminar nossos sistemas de crença, na medida em que eles ainda possam estar presos em estágios primitivos anteriores de nosso desenvolvimento. Por que, por exemplo, subestimamos nossa capacidade para a criação de vínculos, cooperação e altruísmo – aparentemente atolados em nossos medos e jogos anteriores de competição e territorialidade? Por que super-recompensamos tal comportamento e ainda supomos, em nossos manuais de economia e faculdades de administração, que maximizar o interesse individual na competição com todos os outros constitui um comportamento fundamental da natureza humana? Por que nossa idêntica capacidade para a criação de vínculos e o comportamento cooperativo – inclusive o altruísmo – não é ensinada em faculdades de administração como o verdadeiro fundamento de todas as organizações humanas e de nossas maiores conquistas científicas e tecnológicas?

Na realidade, como é do conhecimento de qualquer executivo de empresa, a competição e a territorialidade são reunidas em estruturas de cooperação e redes de acordos, contratos, leis e regimes reguladores internacionais que permitem que linhas aéreas, navegação, comunicações e outras infra-estruturas forneçam apoio ao comércio e às finanças globais⁵. Dessa maneira, a fórmula para o sucesso da humanidade sempre se baseou na cooperação, embora envolvesse competição e criatividade. Evidências chocantes⁶, porém, mostram que os próprios métodos e currículos da maioria das faculdades de administração encorajam os gerentes para o tipo de comportamento que produziu a onda de escândalos e crimes corporativos na Enron, Worldcom, Parmalat, Tyco e Arthur Andersen⁷.

4 TAINTER, Joseph. *The Collapse of Complex Societies*. New York: Cambridge University, 1988.

5 Veja, por exemplo, AXELROD, R. *The Evolution of Cooperation*, New York: Basic Books, 1984; WRIGHT, Robert. *Non-Zero*. New York: Pantheon, 2000; HENDERSON, H. *Building a Win-Win-Worldm*. San Francisco: Berrett-Koehler, 1996; MOORE, James F. *The Death of Competition*, New York: Harper-Collins, 1996.

6 Bad For Business? *The Economist*, 17 fev. 2005.

7 Veja, por exemplo, GOSHAL, Sumantra. Bad Management Theories are Destroying Good Management Practices. *Academy of Management Learning and Education*, v. 4, n. 1, p. 75-91, 2005.

O que profundas e primitivas crenças sobre a primazia da competição e territorialidade têm a ver com a pobreza e a guerra? Todas estão arraigadas em antigos medos humanos – de escassez, de ataques por animais selvagens ou por outros bandos temíveis de seres humanos. A eliminação destes medos – profundamente codificados em nossos manuais políticos e econômicos do tipo “nós contra eles” – constitui a tarefa essencial de nossa geração. Precisamos ir além desta economia de nossos primitivos cérebros reptilianos e passar para a economia de nossos corações e prosencéfalos! Estes antigos medos subjazem aos atuais ciclos contínuos de opressão, pobreza, violência, vingança e terrorismo. De fato, se nós, seres humanos, não eliminarmos estes antigos medos, agora disfuncionais, destruiremos uns aos outros.

Entretanto, o fantástico potencial que criamos para êxitos adicionais mediante o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU e a construção de sociedades humanas sustentáveis, prósperas e justas estão agora ao nosso alcance. A nova “superpotência” da opinião pública global já está rejeitando os antigos dogmas disfuncionais. Mais de 10 milhões de nossos semelhantes fizeram demonstrações pacíficas em todo o mundo, contra a guerra preventiva no Iraque. Entretanto, como Thomas Kuhn descreve, em seu livro *The Structure of Scientific Revolutions* [A estrutura das revoluções científicas], antigas crenças disfuncionais, freqüentemente, persistem muito tempo depois de terem sido desmentidas⁸.

É isso que acontece com os atuais manuais de economia e todo o paradigma que subjaz ao modelo de desenvolvimento do “Consenso de Washington”. Temos provas de sua falência à nossa volta: abismos crescentes entre pobreza e riqueza, a exclusão digital, economias desequilibradas e insustentáveis atoladas em dívida – gerando desespero e terrorismo, desviando recursos da promoção da vida humana para armas militares, morte e destruição! Tudo isso não é uma falha na natureza humana, mas uma falha na codificação de nosso passado naquele conjunto de crenças disfuncionais que negam a verdadeira capacidade da humanidade – aquelas aptidões de cooperação, de criação de vínculos e de altruísmo que respaldaram todo o nosso progresso até agora! Crenças disfuncionais estão profundamente arraigadas em modelos econômicos. Esse código-fonte de funcionamento defeituoso que subjaz à economia ainda está reproduzindo comportamentos e estruturas organizacionais que colocam em perigo a sobrevivência humana sob as condições do século XXI.

8 KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago, 1962 (como amiga de Thomas S. Kuhn, tive o prazer de discutir suas teorias com ele durante jantares em minha casa, em Princeton).

Ecossistemas destas teorias ainda hoje são ouvidos e propostos em manuais dominantes de economia como teorias de “mercados eficientes”, do comportamento humano racional como “maximização competitiva do interesse próprio individual”, de taxas “naturais” de desemprego (codificadas como a regra NAIRU [= Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment] dos bancos centrais) e a ubíqua fórmula do “Consenso de Washington” para o crescimento econômico (livre comércio, mercados abertos, privatização, desregulamentação, moedas flutuantes, políticas voltadas para a exportação). Ultimamente, o uso de taxas “neutras” de juros por parte da Junta do *Federal Reserve* [Banco Central] norte-americano foi desmascarado pelo *Levy Institute* por ser complicado e por favorecer proprietários de ativos em detrimento dos salários dos trabalhadores (www.levy.org).

Todas essas teorias sustentam a atual globalização econômica e tecnológica e as regras da OMC, do FMI, do Banco Mundial, dos mercados de ações, do câmbio e da maioria dos bancos centrais. Desde a década de 1980 e das ondas de desregulamentação e privatização global desencadeadas pela britânica Margaret Thatcher e pelo presidente norte-americano Ronald Reagan, os bancos centrais têm defendido a liberdade do controle político, mesmo por parte de governos democraticamente eleitos. Inclusive o governo do Partido Trabalhista britânico, sob Tony Blair, concedeu esta autonomia ao Banco da Inglaterra.

Como os banqueiros centrais e seus defensores entre os economistas profissionais conseguiram dar este “golpe” silencioso? Certamente não por causa de sua *performance* em atingir seus objetivos de crescimento econômico sem inflação e de maior emprego – dada a história recente de *booms* de crises financeiras, falências, bolhas, dívidas impagáveis e desemprego. A defesa espalhafatosa da linha de atuação dos economistas e atores do mercado apoiou os bancos centrais. Eles foram sustentados por suas reivindicações de que a economia, com seu uso crescente de modelos matemáticos, amadurecera e se tornara uma ciência, igualando-se aos feitos das ciências naturais desde Newton e Darwin na descoberta das leis da natureza. As teorias dos economistas, desde a “mão invisível” de Smith até a “otimalidade” de Vilfredo Pareto, foram elevadas de teorias ao *status* de princípios científicos.

Vejam o caso do Banco Central da Suécia. Em 1969, o Banco da Suécia destinou US\$ 1 milhão para criar um prêmio visando a conferir *status* e legitimidade científica à disciplina acadêmica e à defesa de políticas pelos economistas profissionais. Assim, o Banco da Suécia nomeou seu prêmio de economia “em memória de Alfred Nobel” e defendeu esta designação no Comitê do Prêmio Nobel. Como afirmou seu descendente Peter Nobel: “O Banco da Suécia, como um cuco, colocou seu ovo no ninho de um outro pássaro muito honesto, prejudicando o nome

e a marca de Nobel”. Desde 1969, a maior parte dos Prêmios de Economia foi concedida pelo Banco da Suécia a economistas norte-americanos que defendiam as políticas da Escola de Chicago dos “mercados livres” no estilo *laissez-faire*, típicas de Milton Friedman, seu mais proeminente ganhador de prêmio (que, muitas vezes, é erroneamente descrito como um “ganhador do Nobel”). Peter Nobel acrescentou: “Estes economistas usam modelos para especular em mercados de ações e opções de compra de ações – exatamente o oposto dos propósitos humanitários de Alfred Nobel”⁹.

Avancemos rapidamente para dezembro de 2004 e para a revolta de cientistas, incluindo membros do Comitê do Nobel e o próprio Peter Nobel. Todos exigiram que o Prêmio de Economia do Banco da Suécia fosse ou rotulado apropriadamente e desvinculado dos outros prêmios Nobel, ou abolido. O motivo dessa súbita irrupção, que já se formava há algum tempo, foi a concessão do Prêmio de Economia para mais dois economistas da Escola de Chicago, Edward C. Prescott e Finn E. Kydland, por seu trabalho de 1977 que visava a provar, mediante o uso de um modelo matemático, que os bancos centrais deveriam ser liberados do controle de políticos, inclusive daqueles eleitos em democracias. Os matemáticos atacaram apontando para os muitos abusos de seus modelos por parte de Prescott e Kydland e outros economistas para “adornar” suas teorias questionáveis e pressupostos não-científicos (*Dagens Nyheter*, Estocolmo, 10 dez. 2004).

À medida que esta notícia se espalhou pelo mundo (*Inter-Press Service*, jan. 2005, *Le Monde Diplomatique*, fev. 2005), o anúncio costumeiro dos novos ganhadores do Prêmio de Economia na imprensa financeira dominante foi estranhamente silenciado. Editores e porta-vozes do fundamentalismo de mercado deixaram de citar suas políticas favoritas como sendo apoiadas por algum “ganhador do Nobel” em economia. Os economistas, contudo, não precisam ficar embaraçados porque a economia foi revelada como profissão, e não como ciência. Muitos profissionais honestos estão contentes com este termo: os advogados, os médicos, os engenheiros, os arquitetos, etc. Os advogados, em especial, estão satisfeitos por serem conhecidos como defensores. De forma semelhante, sabemos agora, os economistas sempre foram advogados (defensores) de várias políticas governamentais, regulamentações ou desregulamentações, e dos interesses de seus clientes (comumente banqueiros, empresas financeiras e corporações em geral). Não há disputa com estes defensores, sejam advogados, economistas ou lobis-

9 Entrevista pessoal com esta autora, cit. ap. Hazel HENDERSON, Abolish the “Nobel” In Economics?, *InterPress Service*, Rome, Montevideo, Washington, DC, dez. 2004.

tas, ou com os papéis que desempenham na definição de políticas. Tudo que se faz necessário é clareza por parte destes profissionais e de todos os defensores – de modo que o público seja plenamente informado – e que as questões sejam discutidas com honestidade.

A globalização das finanças e da tecnologia e a difusão da privatização e de mercados desregulamentados produziram uma série de conseqüências imprevistas. Por exemplo, a atual Era da Informação global já se tornou a Era da Verdade, em que ações corporativas negligentes podem destruir uma marca mundial em tempo real. Líderes empresariais responderam, em todo o mundo, aderindo à idéia da boa cidadania corporativa, tanto regional quanto mundial. Duas mil companhias (incluindo, aproximadamente, 600 no Brasil) subscreveram os dez princípios da *Global Corporate Citizenship of the Global Compact* [Cidadania Corporativa Global do Pacto Global], lançada pela ONU em 2000, cobrindo direitos humanos, segurança no local de trabalho, justiça e normas da OIT, assim como meio ambiente e anticorrupção. Grupos de cidadãos no mundo inteiro agora monitoram todas as companhias que se comprometeram com o Pacto Global para ver se elas estão cumprindo o prometido. Transgressores são mostrados publicamente em centenas de *websites*. O Fórum Social Mundial conectou, com êxito, centenas de milhares de ativistas e organizações civis e tornou a bela cidade de Porto Alegre uma meca do pensamento inovador. A companhia de mídia global independente que dirijo, a série televisa da *Ethical Marketplace LLC* em estações públicas norte-americanas, estabelece padrões mais altos, *performance* ética de corporações e investimento socialmente responsável em âmbito mundial¹⁰.

O grande defensor do capitalismo, Adam Smith, dificilmente reconhecera esta evolução de mercados e companhias rumo a uma responsabilidade social e ambiental. De forma semelhante, tais mudanças no comportamento corporativo foram impulsionadas por fundos de pensão e milhões de investidores que se preocupam com o futuro de seus filhos e o estado de nosso planeta. Estudantes e candidatos a emprego também perguntam pela *performance* das companhias na área de direitos humanos e meio ambiente, enquanto novas normas de auditoria da *Global Reporting Initiative* [Iniciativa de Relatório Global (IRG)] prescreveram uma contabilidade de “tríplice resultado” para pessoas, lucro e meio ambiente. Seiscentas corporações globais adotam agora a contabilidade da IRG em seus relatórios anuais (www.gri.org).

10 A *Ethical Marketplace LLC* pode ser acessada em www.ethicalmarketplace.com. A nova série de matérias financeiras para a TV inclui programas sobre “Redefinição do sucesso” e “A economia não-monetária”.

Sustentabilidade se tornou uma palavra da moda. Inclusive, o venerável Dow-Jones, da Wall Street, possui seu *Sustainability Group Index*. A surpresa para economistas, atores e mídia financeira dominante é que estes novos índices: o FTSE4Good de Londres, o CALVIN e o Domini Social 400 Index dos EUA, assim como a Nova BOVESPA do Brasil, regularmente, superam os dominantes Dow-Jones e Standard and Poors 500. Estamos presenciando uma evolução do comportamento coletivo humano em direção a sentimentos morais e ao altruísmo? Ou a cooperação para o bem comum é agora uma condição para nossa sobrevivência? Para mim, ambos os fatores estão envolvidos.

Os estágios do desenvolvimento humano estão bem ilustrados no gráfico do futurista Duane Elgin. Estamos também ingressando na Era da Luz. Enquanto nós, seres humanos, damos forma a este presente estágio global em nosso desenvolvimento, nossa nova consciência de nosso lindo lar planetário está fazendo surgir a identidade expandida que chamo de “cidadania planetária”. Esta identidade mais ampla abrange nossa identidade com nossa família, com nossa comunidade e companhias e com o país em que nascemos, dando-lhes um sentido mais profundo. Somos enriquecidos pelas expressões singulares de tantas outras culturas em nosso mundo. Saboreamos sua arte, sua dança, sua música, sua literatura e, especialmente, sua culinária! Este mútuo apreço humano pela diversidade é o ponto de partida para a cidadania planetária e a necessária transição para a sustentabilidade global.

Fundamentalmente, nós, seres humanos, temos três recursos básicos à nossa disposição para esta transição – informação, matéria e energia. Destes, a informação é primordial, pois a sua qualidade determina nosso uso da matéria e da energia. A história da inovação social dos mercados é instrutiva, uma vez que eles estão evoluindo rapidamente. É claro que os mercados foram criados por seres humanos, não por uma divindade. A “mão invisível” de Adam Smith era, na realidade, nossa própria invenção humana, como foi reconhecido por historiadores da ciência¹¹. Contudo, esta crença em uma “mão invisível” persiste em muitos manuais de economia – inclusive hoje!

A organização dos mercados pelo Parlamento Britânico há três séculos fomentou a rápida evolução da industrialização. Estes mercados incipientes descritos por Adam Smith originaram muitas inovações. As leis britânicas que legitimaram os mercados e protegeram os direitos de propriedade acarretaram uma revolução do empreendedorismo individual, da criatividade e da inovação, que se alastrou pelo Oceano Atlântico e pela Europa. Esta onda de industrialização de 300 anos de idade se difundiu

11 Veja, por exemplo, NADEAU, Robert; KAFATOS, Menas. *The Non-Local Universe: The New Physics and Matters of the Mind*. Oxford University Press, UK, 1999.

em todo o mundo e hoje ainda está mudando o Japão, a China, a Índia e chegando às outras culturas antigas do sudeste da Ásia, desde o Vietnã e o Camboja até as ilhas da Polinésia¹². A industrialização, porém, precisa ser reformada porque é social e ambientalmente insustentável.

Os mercados incipientes da Revolução Industrial e seus líderes empresariais criaram as plataformas de infra-estrutura de concreto, aço, eletricidade, produção mecanizada, navegação, estradas e portos que ainda dão suporte às sociedades de hoje. Entretanto, as liberdades de mercado proporcionadas pela legislação social, limitando as responsabilidades das companhias, impondo os direitos de propriedade e defendendo suas patentes para suas invenções também causaram grande prejuízo aos membros vulneráveis e menos afortunados da sociedade. Quem pode esquecer os horrores dos livros de história daquelas primeiras fábricas de péssimas condições de trabalho? As crianças acorrentadas a máquinas de fição nas fábricas têxteis, as mulheres arrastando, de quatro, carrinhos com carvão nas minas da Grã-Bretanha. As *Enclosure Laws* [legislação fundiária sobre a colocação de cercas para delimitar as propriedades privadas] da Grã-Bretanha expulsaram milhares de camponeses de suas ancestrais terras coletivas. Enquanto a produção era transferida de casas e aldeias para fábricas, bandos de famintos perambulavam pelo país mendigando comida e abrigo¹³. A meta da industrialização era reduzir a mão-de-obra por meio de investimentos em tecnologia. As máquinas, os direitos de propriedade e a legislação fundiária expulsaram camponeses e pequenos agricultores da terra e os empurraram para dentro das fábricas. Então, à medida que as fábricas automatizaram suas linhas de produção, os trabalhadores passaram para os setores de serviços. Atualmente, os serviços estão sendo automatizados. As promessas de pleno emprego não se cumprem, e o desemprego permanece um *resultado* irônico da industrialização. Hoje os economistas estão admitindo que o outro lado da moeda de seu modelo de “produtividade” é mais desemprego. Este modelo de criação de empregos, segundo o qual os investimentos resultantes do enriquecimento dos ricos vão beneficiar os pobres, também se mostra falido.

Em todos os países onde a industrialização se impôs, a “tardaruga” da inovação social ficou para trás da “lebre” da inovação tecnológica. A história da revolução industrial, com todas as suas boas e más notícias, incluiu a resposta morosa das regras sociais para distribuir os frutos da produção mecanizada e dirigir o desenvolvimento tecnológico e as regulamentações com o intuito de ressarcir seus custos sociais e danos ambientais. A pró-

12 LANDES, David. *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: Norton, 1998.

13 POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. Boston: Beacon, 1944.

pria noção de uma “mão invisível” inibiu concepções mais amplas de como os sistemas econômicos poderiam ser dirigidos para fomentar o bem comum, a prosperidade compartilhada e proteger a riqueza da natureza. Alguns poucos industrialistas evoluíram de uma decidida acumulação de dinheiro e bens materiais para a condição de filantropos que apontavam publicamente o pecado da estocagem. Eles doaram seus lucros para fundações que até hoje promovem paz, educação, riqueza e a mitigação da pobreza e da exclusão dos benefícios do acesso tanto a mercados quanto à sociedade.

O economista Joseph Schumpeter foi o que melhor descreveu estes processos de “destruição criativa” que também determinaram este que foi o maior período de inovação tecnológica na história humana¹⁴. A Era da Informação superou a própria industrialização em meados do século XX. Esta nova onda de inovação produziu todas as boas e más notícias da globalização atual dos mercados e da tecnologia. Em meu livro *Politics of the Solar Age* (1981, 1986), documentei os vieses ideológicos da economia neoclássica e a irrealidade de muitos dos pressupostos inexatos subjacentes inclusive aos atuais manuais de economia. Os novos cientistas, físicos, matemáticos, neurocientistas e ecólogos se uniram a seus colegas suecos na exigência de que o Prêmio de Economia do Banco da Suécia seja ampliado, rotulado apropriadamente e dissociado dos prêmios Nobel, ou simplesmente abolido. As objeções dos expoentes das ciências chamadas de “duras” que estudam o mundo natural e cujas descobertas de pesquisa estão, por isso, sujeitas à verificação e à refutação, incluíam grande número de ecologistas, biólogos, especialistas em recursos naturais, engenheiros e especialistas em termodinâmica. Documentei suas críticas à economia, tendo como base o clássico de Nicholas Georgescu-Roegen (1971), *The Entropy Law and the Economic Process*, que resenhei na *Harvard Business Review* (1971).

Outros cientistas, incluindo o físico Dr. Hans Peter Durr, do famoso Instituto Max Planck, da Alemanha, concordam que a economia não é uma ciência. Durr diz que “a economia não é sequer ciência ruim, pois seus pressupostos centrais são incorretos”. Anteriormente eu perguntara ao professor Durr: “Como esse abuso escandaloso de outras ciências continuou incontestado durante mais de 40 anos?” Durr respondeu que a etiqueta acadêmica geralmente impedia que pesquisadores de outras áreas entrassem em outras disciplinas, especialmente com esse tipo de crítica. O físico austríaco, teórico de sistemas e autor de *best sellers* Fritjof Capra me disse que

14 SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper and Row, 1942, 1947.

a dimensão de sentido, propósito, valores e conflitos é crítica para a realidade social. Qualquer modelo de organização social que não inclua esta dimensão crítica é inadequado. Infelizmente, isso se aplica para a maioria dos modelos teóricos na economia de hoje.

Mesmo o crescimento de profissões híbridas – as assim chamadas economia ecológica, economia de recursos naturais e outras – não consegue escapar dos erros fundamentais da economia. Muitos críticos comparam estes a crenças religiosas, como o postulado de uma “mão invisível” dos mercados e criticam-nos porque tantos de seus “princípios” são diferentes dos princípios comprovados na física que podem conduzir uma espaçonave para a lua. Por exemplo, mostrei que o “princípio” econômico da otimalidade, de Pareto, ignorava a distribuição anterior de riqueza, poder e informação – e podia levar a resultados sociais injustos. Enfeitar tais conceitos com uma matemática “chique” tende a disfarçar suas ideologias subjacentes. O professor Robert Nadeau, um eminente historiador da ciência da Universidade George Mason, dos EUA, igualmente examinou tais falhas da economia em seus recentes livros.¹⁵

A tentação de matematizar conceitos e pressupostos falhos na economia é compreensível, porque obscurece estes vieses carregados de valor. Isso oculta questões públicas como se fossem “técnicas” demais para serem compreendidas pelo público e inclusive pelos legisladores. Dessa maneira, os economistas ganham influência com as instituições ricas e poderosas da sociedade que geralmente os empregam. Em comparação com outras profissões, os economistas tampouco foram submetidos às mesmas normas de responsabilidade ou prestação de contas. Se um médico faz seu paciente adoecer, é possível processá-lo por tratamento inadequado. Más recomendações de economistas podem fazer países inteiros adoecerem – com impunidade. Atualmente, os economistas, desde os do FMI e de bancos centrais até os que estão a serviço de empresas financeiras, lamentam a tendência de gastar em vez de poupar. Eles se recusam a reconhecer que este comportamento é moldado pela publicidade, pelos cartões de crédito e pelo constante incentivo ao consumismo nos meios de comunicação de massa globais¹⁶.

Neurocientistas, bioquímicos e aqueles que estudam o papel dos hormônios, assim como psicólogos, antropólogos, cientistas do comportamento e biólogos evolutivos estão agora desferindo golpes mortais ao mais duradouro dos erros da economia. Este consiste no modelo da “natureza humana” como sendo o “homem econômico racional” que compete com todos os outros para maximizar seu próprio interesse. Baseado no medo

15 NADEAU, Robert. *The Wealth of Nature*. Columbia University Press, 2003.

16 The Shift Away From Thrift, *The Economist*, 7 abr. 2005.

e na escassez, este é o modelo cérebro reptiliano e da territorialidade de nosso passado primitivo. O neurocientista Paul Zak, da Universidade de Claremont, vinculou a confiança, que capacita os seres humanos a criar vínculos e a cooperar, ao hormônio reprodutivo oxitocina.

De fato, sabemos agora, tendo como base a ciência do cérebro por que as pessoas são suscetíveis à mudança de comportamento, influenciadas pelos meios de comunicação de massa, da publicidade e de outras formas de persuasão e atração para a gratificação instantânea. Economistas oportunistas estão, agora, trabalhando com pesquisadores do cérebro que usam imagens de ressonância magnética para explorar como as porções “reptilianas” do cérebro humano (associadas com o sistema límbico) são suscetíveis a impulsos irracionais, gratificação instantânea e imprevidência. Agora que os modelos dos economistas sobre o comportamento humano (como a maximização “racional” do interesse próprio em competição com todos os demais) estão sendo atacados por esta pesquisa do cérebro, este campo está sendo dominado como “neuroeconomia” ou “economia comportamental”. Da mesma forma, os economistas se adonaram de outras disciplinas, como a “economia ecológica” e a “economia ambiental”. Destaquei que a longa história desta tendência de invadir outras disciplinas com falsas reivindicações de universalidade se devia ao poder e às vantagens financeiras de economistas como defensores dos poderosos interesses do mundo dos negócios e das finanças.

Coube aos repórteres honestos a tarefa de explicar: Peter Coy, em *Business Week*, “Why Logic Takes a Backseat” (“Por que a Lógica Ocupa um Papel Menor” 28 de março, 2005) e Justin Fox, em *Fortune*, “Why Johnny Can’t Save for Retirement” (“Por que Johnny não Consegue Poupar para a Aposentadoria”, 21 de março, 2005). Os seres humanos sempre estão “indecisos” com relação aos sinais presentes em sua vida e seu ambiente. Eles alternam seu córtex pré-frontal (a sede da tomada de decisão racional) e seu cérebro reptiliano límbico. Até agora, poucos se ativeram às implicações desta nova pesquisa do cérebro quanto ao papel e à responsabilidade cruciais das indústrias da publicidade e da mídia comercial. Gasta-se mais de 500 bilhões de dólares anualmente em publicidade para induzir-nos a desprezar nosso córtex pré-frontal racional e suas decisões de prazo mais longo com a finalidade de “poupar para tempos de necessidade” e tentar-nos para aumentar as dívidas do cartão de crédito, comprando bens por impulso – mediante a manipulação sofisticada de nossos sentidos e de nosso cérebro límbico. A publicidade, nos EUA, é um custo pré-tributado para as companhias – a fim de promover o consumo de massa. Atualmente, o consu-

mo massivo de bens como agente do crescimento econômico é insustentável¹⁷.

A crítica à economia que os matemáticos fazem é que as pessoas não se comportam como átomos, bolas de golfe ou porquinhos-da-índia. Diferentemente do “homem econômico racional” dos economistas, as pessoas, muitas vezes, são irracionais, e suas motivações são complexas, e muitas, especialmente as mulheres, gostam de cuidar, compartilhar e cooperar frequentemente como voluntárias não-pagas.

O teórico do caos e professor de Matemática na Universidade da Califórnia, Ralph Abraham, acredita que a economia possa um dia tornar-se uma ciência. Abraham pesquisa a nova matemática empregada por alguns economistas, programando, em modelos de computador, “agentes” que imitem o comportamento humano. O Prof. Abraham afirma: “O prêmio de economia deveria ser concedido conforme o aspecto característico das ciências sociais a que ele pertence e deveria ser distanciado dos prêmios Nobel, como as *Fields Medals* na matemática.” No entanto, Peter Nobel sustenta que a economia não é uma ciência. Riane Eisler, cientista de sistemas e autor do *best seller The Chalice and the Blade*, concorda. Os esforços a fim de criar “agentes” computadorizados para tornar a economia mais científica podem ter êxito no futuro. Um recente modelo “Sugarscape”, financiado por fundações crédulas, simplesmente recriou abismos entre pobreza e riqueza e guerras comerciais. Disse que, se tivessem programado metade de seus “agentes” com o comportamento que as mulheres exibem tantas vezes (por opção ou involuntariamente em sociedades patriarcais), eles poderiam ter conseguido resultados diferentes. A economia é completamente patriarcal, o que explica o aparecimento de uma economia feminista.

Atualmente, todas as economias são ainda combinações de setores públicos e privados, dois lados da mesma moeda. Os seres humanos inventaram os mercados, que sempre são criados por regras e leis humanas. A “mão invisível” é a nossa própria mão – e deveríamos nos orgulhar disso! As duas camadas superiores do “bolo” da produtividade total, dos setores privado e público, assentam-se sobre duas camadas inferiores ignoradas pelos economistas: a Economia do Amor, do trabalho não-remunerado, e a Produtividade da Natureza. Os meios de comunicação de massa e a Internet ajudaram a gerar o novo Terceiro Setor: grupos de cidadãos sem fins lucrativos, instituições beneficentes e fundações da sociedade civil global. O Fórum Social Mundial, lançado em Porto Alegre, em 2000, concentrou o

17 HENDERSON, Hazel; KAY, Alan F. Proposal for a Truth in Advertising Assurance Set-Aside. Esboça uma forma de reduzir o volume da publicidade de maneira justa e sem restringir a liberdade de expressão (In: *Human Development Report*, New York: United Nations Development Program, 1998).

debate global sobre novos caminhos para o desenvolvimento humano sustentável. O “DNA cultural” das sociedades sempre determina o tamanho e o escopo dos setores público, privado e da sociedade civil, baseados em sua história, em seus valores, metas e crenças singulares que energizam seu povo. As teorias econômicas de desenvolvimento, como o “Consenso de Washington”, ficaram desacreditadas na medida em que se depararam com as realidades da Economia do Amor, culturas, topografia, clima, agricultura e a produtividade básica dos ecossistemas.

O “DNA cultural” ainda determina o desenvolvimento em todas as sociedades – embora estes ativos (e, às vezes, passivos) humanos, sociais e culturais sejam ignorados nos manuais e teorias e nas estatísticas econômicas que geram. De fato, estes manuais e modelos econômicos são obsoletos há mais de 100 anos. Os modelos econômicos ainda se baseiam nas idéias “automáticas” newtonianas do equilíbrio geral. Portanto, elas também são cegas para a mudança dinâmica e a evolução tecnológica, geradas pelos próprios mercados e pela industrialização, nos quais os economistas afirmam se concentrar e os quais afirmam interpretar! Estas mudanças dinâmicas são agora mapeadas por outras disciplinas: teoria do caos, dinâmica de sistemas, ciências físicas e comportamentais e teoria do jogo. Atualmente, os economistas estão começando a se concentrar neste grande erro e a despertar para o fato de que modelos econômicos de equilíbrio geral não podem ser usados para orientar a política macroeconômica em sociedades tecnológicas em rápida evolução.

As tendências colonizadoras dos economistas se expandiram para “capturar para nossa profissão” (como o expressou uma sociedade de economia com base na Grã-Bretanha)¹⁸ as questões do aquecimento global e da mudança de clima. Sociedades compostas de economistas-ecológicos, economistas-sociais, economistas-políticos, economistas-da-saúde, economistas-do-trabalho, economistas-comportamentais, neuroeconomistas e economistas-evolutivos contam essa estória de colonialismo intelectual. Os economistas também superaram outras disciplinas na academia. Seus departamentos e faculdades de administração recebem a “parte do leão” de verbas, contratos de pesquisa, poder e prestígio. A economia é política disfarçada. Uma análise de custo-benefício ou uma afirmação sobre impacto econômico cuidadosamente feita pode silenciar qualquer reforma governamental ou nova iniciativa social ou ambiental. Tais análises enfatizam os custos da mudança para interesses existentes, ao passo que ignoram ou minimizam os custos atuais do *status quo* sobre outros atores, o ambiente ou gerações futuras. As análises de custo-benefício deixam de estimar os benefícios fu-

18 HENDERSON, Hazel. *Building a Win-Win World*. 1996. p. 56.

turos de políticas alternativas e tiram a média dos custos e benefícios de modo a obscurecer quem são os ganhadores e quem são os perdedores de uma política proposta. Tudo isso confunde o grande público, levando-o a crer que a questão é “técnica” em vez de política.

Hoje em dia, as rachaduras na armadura dos economistas estão se tornando amplamente evidentes – como aconteceu com o jogo de apropriar-se antecipadamente do trabalho feito em outras disciplinas. Psicólogos ganharam recentemente Prêmios Comemorativos em Economia do Banco da Suécia por contestarem modelos econômicos simplistas do comportamento humano. A Universidade de Harvard talvez admita, em breve, um novo curso em seu Departamento de Economia que conteste as ortodoxias ainda subjacentes às políticas do FMI e às decisões de Wall Street e das bolsas de valores mundiais. Alguns poucos economistas que emprestam percepções de psicólogos e da observação real do mundo agora admitem que nós, seres humanos, nem sempre estamos maximizando competitivamente nosso próprio interesse – a concepção econômica padrão do *homo economicus*. Muitas pessoas gostam de dar e de receber, preocupam-se com o tipo de mundo que estamos legando aos nossos filhos – o que é um comportamento “irracional” para um economista. Não surpreende que se chame a economia de “a ciência lúgubre”. Como aponta *The Economist*, de Londres, este repensar abala a ortodoxia em áreas de políticas importantes, como o livre comércio, impostos, dinheiro público para o ensino privado, assim como a globalização e o meio ambiente.

Um artigo do jornalista Robert Lee Hotz, “Anatomy of Give and Take” (“Anatomia do Dar e Receber”), no *Los Angeles Times* (18 mar. 2005), descreve uma recente experiência feita na Baylor College of Medicine, em Houston, Texas, em que se observaram duas mulheres, usando um escâner de cérebro de 2,5 milhões de dólares, enquanto elas interagiam em um jogo, envolvendo comportamento financeiro e de investimento. O objetivo dos pesquisadores do cérebro era testar e, assim esperavam, descobrir o segredo da confiança, o comportamento humano crucial que torna os mercados possíveis – e a variável da matemática usada pelos economistas em seus modelos, que faltava. O neurocientista Paul Glimcher (da Universidade de Nova Iorque) explicou: “Começamos a procurar pedaços de teoria econômica no cérebro”. Depois de monitorar os muitos movimentos entre as duas jovens mulheres, evidenciamos, em oposição à teoria de muitos teóricos do jogo, que estas duas jogadoras confiavam uma na outra. A teoria tradicional do jogo prediz que a falta de confiança por parte das jogadoras faria ambas perderem (o Dilema dos Prisioneiros). O resultado do jogo das mulheres foi que ambas ganharam. Estes resultados ótimos são chamados de jogos “ganha-ganha” em oposição aos jogos “ganha-perde” da

teoria econômica e do resultado “perde-perde” do jogo do Dilema dos Prisioneiros.

Este resultado também contesta o famoso equilíbrio do teórico do jogo John Nash, pelo qual ele ganhou um Prêmio em Economia do Banco da Suécia e que “prediz” que, em transações econômicas entre estranhos que prevêm as respostas um do outro, o nível ótimo de confiança é zero! A economia sempre esteve baseada em valores patriarcais – ignorando o trabalho das mulheres na educação das crianças, no cuidado dos idosos e no voluntariado comunitário por ser “ineconômico” no PNB. A economia não previu o surgimento do investimento socialmente responsável (somando agora 2,3 trilhões de dólares apenas nos EUA), e os manuais ainda sugerem que o cuidar, o compartilhar, o voluntariado e a cooperação são irracionais a não ser que sirvam aos próprios interesses!

O economista John B. Perkins, formado pelo MIT e autor de *Confessions of an Economic Hit Man* (2004)¹⁹, documenta o abuso da economia feito para superestimar projeções de crescimento do PIB a fim de justificar os enormes empréstimos do Banco Mundial e do FMI a muitos países em desenvolvimento na década de 1980, que os enredaram em uma dívida impagável. Os economistas mais conhecidos dos EUA, incluindo Paul Krugman, Joseph Stiglitz e Jeffrey Sachs, estão admitindo estes e outros erros. Economistas do sexo feminino não-celebradas revelaram o viés patriarcal das teorias econômicas e abriram o caminho para detectar estes e outros erros. Elas projetaram modelos mais realistas – desde Alva Myrdal, da Suécia, Devaki Jain, da Índia, Esther Boserup, da Dinamarca, até Graciela Chichilnisky, da Argentina, Aspásia Camargo e a futurista Rosa Alegria, do Brasil, Inge Kaul, da Alemanha, Marilyn Waring, da Nova Zelândia, e muitas outras nos EUA e em outros países.

Revisões estatísticas, incluindo aquelas dos cálculos nacionais de PNB e PIB, foram prometidas por 170 governos na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992. Elas igualmente foram recomendadas pela maior reunião global de estatísticos do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida (ICONS), já realizada, que teve lugar em Curitiba, Brasil, em outubro de 2003²⁰. Estes estatísticos também recomendaram repetidamente que o PNB e o PIB nacionais registrem os ativos nacionais: o valor de investimentos públicos em infra-estrutura, como estradas, serviços de saúde pública, saneamento, portos, aeroportos, escolas e universidades que dão suporte à produtividade das economias modernas. Em inúmeros países, estes cálculos de ativos, que

19 PERKINS, John B. *Confessions of an Economic Hit Man*. San Francisco: Berrett-Koehler, 2004.

20 HENDERSON, Hazel. *Statisticians of the World Unite*. *InterPress Service*, nov. 2003 e em www.sustentabilidade.org.br

equilibram apropriadamente as dívidas públicas contraídas para construir esta infra-estrutura vital, não são registrados. Estas obras, prédios e serviços públicos são bastante valiosos e deveriam ser amortizados durante sua vida útil – muitas vezes mais de 100 anos! Tente dirigir uma companhia como esta, em que seu balanço não poderia incluir o valor de suas fábricas e ativos para investimento de longo prazo! Os EUA realizaram algumas destas correções necessárias em janeiro de 1996, e estas correções feitas “com um canetaço” responderam por um terço do superávit orçamentário do governo Clinton. O Canadá seguiu o exemplo em 1999 e passou de um déficit para um superávit orçamentário de 50 bilhões de dólares²¹. Os investimentos exigidos nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, no Consenso de Monterrey e em outras propostas, como no Plano Marshall Global, devem ser devidamente considerados como ativos, pois também produzirão dividendos para as sociedades à medida que fizerem a transição para a sustentabilidade.

Atualmente, em nossa Era da Informação, reconhecemos o valor de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, formação de gerentes e programas de treinamento de empregados. Os contabilistas estão aprendendo a contabilizar ativos intangíveis, o conceito da empresa, marcas e outros riscos e benefícios relacionados à reputação²². Modelos de análise de risco, como os dos Innovest Strategic Value Advisors, contabilizam agora riscos sociais e ambientais que ameaçam o balanço de uma companhia – que, se não registrados, podem ser ignorados e acarretar uma perda súbita de valor das ações²³. Fundos de pensão públicos norte-americanos com muitos bilhões de dólares exigem agora que as companhias, em suas carteiras de negócios, divulguem seus planos para diminuir os riscos de mudança do clima. Divulgações semelhantes são obrigatórias na União Européia. Uma outra área sob crescente crítica pública é a publicidade corporativa. Criei o EthicMark Institute (sem fins lucrativos), que terá sua base na Universidade Case Western no Center for Business As Agent of World Benefit, fundado por David Cooperrider e Judy Rodgers. O EthicMark Institute reconhecerá campanhas publicitárias que inspirem e promovam o espírito humano, dando-lhes a certificação “EthicMark” (veja www.ethicalmarketplace.com e www.ethicalmarketplace.org).

O Banco Mundial estava incorporando todas estas inovações estatísticas – desde modelos macroeconômicos até abordagens sistêmicas multidisciplinares –, usando todas as métri-

21 HENDERSON, Hazel. *Beyond Globalization: Shaping a Sustainable Global Economy*, Kumarian Press, 1999.

22 Veja, por exemplo, ALLEE, Verna. *Increasing Prosperity Through Value Networks*, 2003.

23 Innovest Strategic Value Advisors, New York, London, Toronto, Hong Kong.

cas múltiplas, além do dinheiro, para mapear estes diversos aspectos do desenvolvimento e progresso humanos. Este progresso pode ser facilmente revertido à agenda neoconservadora e aos modelos *laissez-faire* do passado. Eu e meu parceiro, o Grupo Calvert de fundos mútuos de investimentos socialmente responsáveis, usamos a abordagem multidisciplinar em nossos *Calvert-Henderson Quality of Life Indicators*, que são atualizados regularmente em www.calvert-henderson.com. O Banco Mundial também estava se tornando multidisciplinar – substituindo alguns de seus macroeconomistas por sociólogos, antropólogos, epidemiologistas, educadores e representantes da sociedade civil. Sob uma administração neoconservadora, essas inovações, na linha de atuação, podem ser revertidas. No seu relatório de 1995 sobre a Riqueza das Nações, ele reconheceu que 60% dessa riqueza consiste em capital humano e 20% em capital ecológico. O capital financeiro e o construído (fábricas e ativos monetários) representavam apenas 20%. Durante 50 anos, o Banco concentrou a maior parte de sua atenção no crescimento “econômico” destes 20% da riqueza dos países. Agora ele está mudando seu foco para aqueles 60% do capital humano com mais investimentos em saúde e educação, citando recentemente a educação de meninas como o melhor investimento de um país.

O Banco Mundial, contudo, até agora não fez qualquer campanha para acrescentar a contabilização de ativos públicos ao PNB/PIB. Nem o banco nem o FMI requerem a adição da contabilização de ativos, inclusive de ativos de infra-estrutura, muito menos de educação e saúde – que são os investimentos mais vitais para manter aqueles 60% do capital humano que constituem a riqueza das nações. Essas correções contábeis vão mudar o foco estatístico para investimentos sustentáveis e de prazo mais longo. O Brasil está ajudando o FMI a corrigir o cálculo do PNB/PIB. Em abril de 2004, o FMI concordou com o Brasil que sua carteira vital de investimentos em infra-estrutura em áreas urbanas de rápido crescimento, destinados ao saneamento básico e outros serviços públicos, não deveria ser contabilizada de uma maneira que aumentasse a dívida pública. O FMI somente, porém, concordou com a contabilização correta destes ativos públicos como um “projeto-piloto”, uma posição intelectualmente absurda²⁴! O FMI ainda está resistindo à adoção destas correções devido à pressão de detentores de títulos de dívida de Wall Street, bancos e outros interesses financeiros especiais que se beneficiam com altas taxas de juros. Esta questão pode ser levada adiante na próxima rodada da OMC, pelo Grupo dos 20 e pelo G-77.

24 *Folha de S. Paulo*, 26 abr. 2004.

Eu e outros críticos dos muitos erros que o FMI cometeu durante as últimas décadas, estamos exigindo agora a revisão permanente do PNB/PIB e de todos os outros modelos macroeconômicos. O FMI não somente deveria estabelecer uma contabilidade provisional apropriada dos ativos para todos os investimentos em infra-estrutura pública, mas também reclassificar a educação e a saúde pública de “consumo” para “investimento” em capital humano. O Banco Mundial e o UN System of National Accounts (UNSNA) [Sistema das Nações Unidas de Contabilidades Nacionais] deveriam fazer correções similares e acrescentar os investimentos públicos das nações em educação e saúde pública a esta contabilização de ativos e amortizá-los ao longo de 20 anos – o tempo necessário para criar uma criança até que ela seja um adulto saudável, bem instruído e produtivo. São essas correções contábeis que podem revelar as oportunidades para retornos financeiros e sociais de longo prazo nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, como Jeffrey Sachs mostra em *The End of Poverty* (2005)²⁵.

Como estas inovações estatísticas refletem as alterações tecnológicas ocorridas em nossas sociedades baseadas na informação e são apresentadas nos meios de comunicação de massa, cidadãos em todas as sociedades democráticas irão aderir a estes valores que estão em desenvolvimento. Os cidadãos compreenderão e colocarão a educação e o autodesenvolvimento como o melhor investimento que indivíduos, empresas e sociedades podem fazer para um futuro melhor para todos²⁶.

Os educadores e profissionais da saúde pública e a maioria dos cidadãos podem apoiar estes setores tão cruciais para o futuro de seus filhos. Os professores podem ser mais bem pagos, e as escolas não mais terão de lutar, na elaboração do orçamento anual do governo, com outros gastos necessários para a polícia, bombeiros e demais serviços públicos em orçamentos nacionais, incluindo as armas militares.

À medida que todos estes novos sistemas de pontuação da efetiva riqueza e progresso humano são implementados, as sociedades e empresas podem se orientar para trilhas melhores rumo à ordem e à prosperidade. As empresas identificarão custos evitados no cálculo do custo total, no custeio do ciclo de vida e nas análises de risco – enquanto lançam totalmente como créditos seus ativos intangíveis e investimentos em P&D. Para grandes empresas estas mudanças são menos difíceis do que para as menores. Portanto, é importante também reconhecer os esforços de empresas pequenas e de médio porte e saudar seu progresso.

25 SACHS, Jeffrey. *The End of Poverty*. London: Penguin, 2005.

26 HENDERSON, Hazel. Education: Key Investments in the Wealth of Nations. *Boston Research Center Newsletter*, n. 23, 2004.

A nova contabilização de ativos no PNB/PIB acabará com a atual superestimação clamorosa de dívidas públicas e com as desculpas que ela oferecia para taxas de juros excessivas, taxas de juros inexcedíveis para os títulos da dívida e especulação monetária. Países em desenvolvimento no grupo HIPIC [países pobres altamente endividados] já estão sendo aliviados de uma dívida impagável e, muitas vezes, odiosa. O ex-economista-chefe do FMI, Kenneth Rogoff, sugeriu muitas reformas em seu artigo no *The Economist* de 24 de julho de 2004²⁷. Mediei cinco debates televisivos sobre “Reforma das Finanças Internacionais” entre Kenneth Rogoff, John B. Perkins, autor do *best seller Confessions of an Economic Hit Man*, e Sakiko Fukuda-Parr, principal autor do Relatório do Desenvolvimento Humano da ONU²⁸. O novo presidente do FMI, Rodrigo Rato, aceita a necessidade de alterar muitas das políticas socialmente desastrosas do Fundo e cancelar mais dívidas impagáveis – em resposta às pressões da sociedade civil global e da nova superpotência mundial: a opinião pública global.

Neste novo século, idéias mantidas há muito tempo estão mudando. A União Européia é um novo modelo de integração de países que antes estavam em guerra. Negociação, cooperação e acordos multilaterais indicam o caminho a seguir. As guerras no Afeganistão e no Iraque revelaram os muitos problemas que – como políticos e líderes militares agora admitem – não são suscetíveis a soluções militares. Novas abordagens do terrorismo agora preferem a financiar a educação e construir escolas em países onde os pais pobres não têm outra alternativa senão mandar seus filhos para madraçais fundamentalistas onde lhes são ensinados os métodos da *jihad* e do “martírio” suicida para matar outros em nome de Deus.

De fato, em nossa era de armas de destruição em massa, as guerras são as opções mais perigosas e ineficientes. Já vemos em nosso século XXI que as novas armas preferenciais são as moedas, assim como melhor diplomacia, inteligência e informações amplamente compartilhadas. Os investimentos voltados para o Plano Marshall Global ajudarão a orientar a repriorização necessária para conduzir as sociedades rumo a um uso justo de recursos e à redução de conflitos. Apólices de seguro para forças de manutenção da paz podem reduzir os orçamentos militares para países que desejam seguir a Costa Rica, que aboliu seu exército em 1947. A *Security Insurance Agency* [Agência de seguros de segurança] da ONU (UNISA), uma parceria do Conselho de Segurança com companhias de seguro que está sendo proposta, avaliaria os riscos do país e cobraria prêmios que seriam

27 ROGOFF, Kenneth. The Sisters at 60. *The Economist*, 24 jul. 2004.

28 Pode ser obtido de Ethical Marketplace LLC, em um videocassete ou em dois DVDs, www.hazelhenderson.com

destinados a treinar forças permanentes de manutenção da paz e forças humanitárias da ONU²⁹. A Assembléia Geral da ONU deveria adotar todos os mecanismos alternativos de financiamento, incluindo os do Consenso de Monterrey (ONU, 2002), do Plano Marshall Global, a fim de implementar as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Chegou a hora de cobrar impostos globais sobre vendas de armas, negócios com moedas, passagens aéreas e *e-mail* para fornecer bens públicos globais: educação, assistência à saúde, uma arquitetura financeira internacional mais sólida e manutenção da paz.

Estas aptidões humanas colocaram agora diante de nós uma rica gama de potenciais para uma espantosa, ampla, compartilhada prosperidade, paz e restauração dos ecossistemas de nosso planeta. Estas novas visões e valores subjazem às Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU, ao Pacto Global da ONU, à Declaração de Praga sobre a Humanização da Globalização, ao Plano Marshall Global, ao Relatório da Comissão da OIT sobre as Dimensões Humanas da Globalização e aos 16 princípios da Carta da Terra, agora ratificados por centenas de municipalidades, companhias e ONGs em mais de cem países. O caminho rumo à transição para sociedades sustentáveis e pacíficas é viável.

29 HENDERSON, Hazel, ib., e em www.hazelhenderson.com, clicando em UNSIA.

TEMAS DOS CADERNOS IHU IDÉIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel.
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert.
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss.
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó.
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer.
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch.
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro.
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp.
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte.
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos.
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo.
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi.
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi.
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert.
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt.
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel.
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Krischke Leitão.
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri.
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida.
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo.
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior.
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli.
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio.
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden.
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini.
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nisia Martins do Rosário.
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS. Rosa Maria Serra Bavaresco.
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco.
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes.
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – Prof^o MS. José Fernando Dresch Kronbauer.

- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva.
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz.
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay - Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Muszkopf.
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha.
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana.
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos.
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut.
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho.
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiéu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiéu.
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring;
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers

Cadernos IHU Idéias: Apresenta artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.



Hazel Henderson é doutora honoris causa pela Universidade de São Francisco (doutora em Direito), pela Universidade de Soka – Tóquio – (doutora em Ciências); pela Worcester Polytechnic Institute – Massachusetts – (doutora em Ciências). É uma renomada futurista mundial, economista revolucionária, colunista sindicalista internacional, defende a igualdade no desenvolvimento humano, ecológico e sustentável e presta consultoria para negócios de investimentos sociais responsáveis.

É membro ativo do National Press Club (em Washington DC), do Social Venture Network e do World Futures Society (dos Estados Unidos). Como editora das publicações **Futures** (Reino Unido) e **WorldPaper** (EUA), ela participa de muitos conselhos, inclusive do Worldwatch Institute e do Fundo Calvert de Investimento Social, ajudando a criar os Indicadores da Qualidade de Vida Calvert-Henderson. Foi assessora da National Science Foundation e dos US Office of Technology Assessment, de 1974 até 1980. Seu trabalho pode ser conferido na página www.hazelhenderson.com.

Algumas publicações da autora

HENDERSON, Hazel; IKEDA, Daisaku. *Planetary Citizenship: Your Values, Beliefs and Actions Can Shape A Sustainable World*. Bloomfield: Kumarian Press, 2004.

Além da globalização: modelando uma economia global sustentável. São Paulo: Cultrix, 1999.

Construindo um mundo onde todos ganhem. São Paulo: Cultrix, 1996.

Transcendendo a Economia. São Paulo: Cultrix, 1991.